

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas)

265. "O BERÇO PODERÁ BALANÇAR"

No meu hábito, inveterado e salutar, de ouvir semanalmente a gravação integral de uma ópera, chegou a vez, há pouco, de uma curiosa obra do compositor norte-americano Marc Blitzstein (1905-1964), **The Cradle Will Rock**, cujo título, livremente traduzido por **O berço poderá balançar**, tomo para denominar esta nota com o objetivo de recordar autor pouco conhecido entre nós. Nem todas as histórias da música ou dicionários musicais o mencionam. Gilbert Chase, em seu precioso livro sobre a música nos Estados Unidos, significativamente traduzido por **Do Salmo ao Jazz** (edição de 1957 da antiga Editora Globo, de Porto Alegre), dedica-lhe uma pequena, mas expressiva nota, lembrando o seu papel de criador de um tipo de ópera de sentido social, com seus temas de luta de classes, capaz de corresponder em música ao que na literatura se fez na década de 1930-40.

Nascido em Filadélfia em 1905, deixou Blitzstein duas óperas dessa natureza. A primeira foi justamente **The Cradle Will Rock**, apresentada originalmente em forma de concerto em Nova York, em 1937 e, dez anos depois, levada à cena também em Nova York, na forma que o autor lhe deu. A segunda, foi **No far answer** (**Resposta negativa**), encenada em 1941. O mesmo Gilbert Chase acentuou bem o caráter delas: "À parte o conteúdo ideológico, essas óperas tiveram o mérito de enfrentar problemas atuais e na linguagem musical atual".

Blitzstein deixou outras obras, sendo a mais importante a ópera **Regina**, de 1939, e que continua, meio século depois, a ópera de compositor norte-americano mais representada, depois de **Porgy and Bess**, de Gershwin,

o que é significativo, pois, segundo ainda observa Chase, os americanos não apreciam muito as óperas de seus compositores, preferindo o repertório lírico italiano de Verdi, Donizetti, Puccini e outros.

A ação de **The Cradle Will Rock** se desenvolve em torno das lutas de operários metalúrgicos para a fundação de um sindicato, num local imaginário denominado "Steeltown" ("Cidade do Aço"), que pode ser identificada com qualquer cidade industrial americana. Seus esforços são contrariados pelos patrões e empresários poderosos da cidade. Mas a luta dos operários acaba sendo mais forte e o sindicato acaba sendo constituído. Atribui-se ao grande dramaturgo alemão Berthold Brecht a sugestão a Blitzstein para escrever essa ópera. O insigne regente (e também compositor) Leonard Bernstein foi o responsável pela encenação completa da peça. Não é ópera no estilo do repertório tradicional, onde o predomínio das árias chega a ser até abusivamente acentuado. Trata-se ópera mais de conjunto, com participação de muita gente em cena a traduzir perfeitamente a movimentação que os ajuntamentos operários ocasionam.

O título é simbólico. A situação criada nos Estados Unidos pela grande depressão de 1929 (época da ambientação da ópera) provocou movimentos sociais da mais variada natureza, pondo em risco a estabilidade da família e da sociedade americanas. Assim, os lares (tomados aqui como "berço", local de paz e tranqüilidade) poderiam um dia "balançar", isto é, serem açoitados pelo vendaval das perturbações sociais.

Aliás, esse "caráter social" aparece em outras obras de Blitzstein, como, por exemplo, **Os Condenados**, de 1932, inspirada no rumoroso processo de Sacco e Vanzetti, que repercutiu em todo o mundo no final da década de 20. O compositor americano faleceu a 23 de janeiro de 1964, tendo tido a feliz oportunidade de presenciar o triunfo de praticamente toda a sua obra. 22-5-1993.

*

266. MONTEVERDI, UM DOS "PAIS" DA ÓPERA

Comemorando-se no corrente ano os 350 anos da morte de Cláudio Monteverdi (1567-1643), não será fora de propósito recordar a contribuição do compositor cremonense para a história da música, particularmente da ópera. Com efeito, de seu **Orfeu**, encenado em Mântua em 1607, se poderá dizer que é a mais antiga ópera das que ainda se

representam. Não foi, contudo, a primeira a ser composta. Datam de 1600 as primeiras experiências da “Camerata Fiorentina” na procura do que poderia ser um “drama com música” (melodrama), que, afinal, veio a se transformar no que passou a ser chamado de “ópera”. O porquê dessa ocorrência semântica não é de fácil explicação. Afinal, “ópera” significa simplesmente “obra” e, assim, qualquer composição, independentemente de sua natureza, seria sempre uma “ópera”. Mas, o termo ficou restrito ao melodrama. Porém, não é o que nos interessa no caso, pois mais importante é recordar sua origem, sua temática e, naturalmente, a contribuição de Monteverdi para o desenvolvimento da ópera.

Os homens do Renascimento, deslumbrados com a cultura da antiguidade clássica, interessaram-se particularmente pela sua mitologia. E nesta, a lenda de Orfeu prestava-se maravilhosamente ao intuito dos compositores, pois ela, como é sabido, representa uma declarada afirmação de crença no poder da música. Graças à música, Orfeu realiza maravilhas, descendo ao mundo dos mortos para buscar sua Eurídice, acalmando as divindades infernais e conseguindo reaver sua amada. Isso é bonito demais para que não sensibilizasse os homens do Renascimento. Eis porque todas as primeiras experiências do que veio a ser ópera abordam a lenda de Orfeu: Rinuccini, Peri, Caccini e outros. Parece que não havia outro assunto. Jacopo Peri, que deu à sua obra do título de *Eurídice* (e não *Orfeu*) passa por ser o autor da mais antiga ópera existente, porém, não mais representada.

O avanço dado por Monteverdi, trabalhando o mesmo tema, fez eclipsar o que antes se fizera, mas que não pode ser ignorado, pois foi o ponto de partida da evolução da mais constante e diversificada forma musical já idealizada pelo homem. De fato, a história da ópera começa em 1600 e chega aos nossos dias, passando por todas as modalidades, estilos, tendências, sentimentos, épocas e interessando a todos os países, pois em todos eles se compuseram óperas. Da *Eurídice*, de Peri até *Aniara*, do sueco Blondahl, que se passa a bordo de uma nave espacial, quanta coisa cabe, atravessando todos os períodos da história da música.

A afirmação inicial de que *Orfeu*, de Monteverdi é a mais antiga das óperas que ainda se representam, faz-nos meditar sobre os elementos introduzidos pelo compositor para dar ao seu melodrama as características que lhe asseguraram permanência através dos tempos, especialmente se considerarmos que outros grandes compositores também trataram do assunto, produzindo outros tantos Orfeus. E servindo até à paródia e à sátira, como no caso do delicioso *Orfeu no Inferno*, de Offenbach.

A utilização equilibrada de arias, coros, danças e recitativos acompanhados, no esquema de Monteverdi, deu à sua obra uma riqueza

melódica que nem de longe se encontra nos que o precederam. Daí, sua afirmação.

Todavia, a contribuição monteverdiana à música não se restringe ao Orfeu. Inúmeras outras óperas deixou: **Coroação de Pompéia**, **A Volta de Ulisses**, **Ariadne** (da qual resta apenas uma ária, o famoso “Lamento”), **Tirsi e Clori**, **II combatimento de Tancredi e Clorinda**, **Andrômeda** e ainda numerosos bailados e uma quantidade considerável de música religiosa e de Madrigais. Basta considerar que no famoso “Dicionário”, de Grove, com sua letra miúda, a relação das obras de Monteverdi ocupa nada menos de doze páginas... 12-6-1993.

*

267. DAVID HUME, FILÓSOFO E HISTORIADOR

Filósofo e historiador escocês, David Hume nasceu a 16 de abril de 1711, em Edimburgo, e na mesma cidade faleceu a 25 de agosto de 1776. Concluídos os preparatórios, ingressou na Faculdade de Direito de sua cidade. Todavia com a morte do pai, viu-se constrangido a abandonar o curso e tentar atividades comerciais, certamente mais lucrativas. Viveu algum tempo nos Estados Unidos e na França.

Data de 1739 seu **Treatise on Human Nature**, exposição de todo o seu sistema filosófico. A seguir, publicou ensaios sobre moral, política e literatura (1742) e as investigações acerca dos princípios da moral (1752). Entre 1754 e 1767 publicou sua monumental **History of England**, que lhe proporcionou celebridade e fortuna. A obra abrange a história da nação inglesa das origens até a “Revolução Gloriosa”, de 1688, e exerceu considerável influência na historiografia não só de seu país, mas de toda a Europa. Outros trabalhos de sua lavra só vieram a lume após seu falecimento.

Esquecido por algum tempo, sua obra filosófica, com o passar dos anos, ganhou prestígio, sendo, por assim dizer, redescoberta. Cometeu-se com ele uma grande injustiça, colocando-se em segundo plano sua obra política, quando ela é tão significativa quanto a histórica.

Há muitos anos (mais de 30) foi publicado no Brasil, por uma editora de São Paulo (Ibrasa), um volume contendo uma seleção de seus ensaios políticos. Trazia precisamente este título (**Ensaios Políticos**) e integrava a valiosa coleção “Clássicos da Democracia”, na qual figurava

como nono volume, do ano de 1963. Respondia pela tradução E. Jacy Monteiro e iniciava-se com uma bem elaborada síntese acerca da obra de Hume e particularmente seu papel na história do pensamento. Tal volume, como em geral os demais dessa coleção, não mereceu reedição, sendo hoje provavelmente de acesso difícil aos interessados em história das idéias e do pensamento político.

Sendo de procedência norte-americana os títulos originais dessa coleção, é compreensível que ela tenha dado mais ênfase aos “clássicos da democracia” dos Estados Unidos, cuja literatura política é muito rica, como sabem todos os que já se dedicaram por um instante que seja ao estudo do tema. Mas não omitia os autores ingleses (Locke e Hume, por exemplo), que exerceram poderosa influência sobre o pensamento social e político norte-americano,

Dez anos após os “Clássicos da Democracia”, da Ibrasa, lançava a Editora Abril a preciosa coleção “Os Pensadores”, num total de 52 volumes, reunindo quase uma centena de “pensadores”, e é claro que entre eles não poderia faltar David Hume. De fato, metade de um volume (22) lhe foi dedicado, com dois significativos estudos: **Investigações sobre o entendimento humano** (em tradução de Leonel Vallandro) e **Ensaio políticos, morais e literários** (em tradução de João Paulo Monteiro e Armando Nora de Oliveira).

O bicentenário da Revolução Francesa e o centenário de nossa República, há pouco comemorados, bem como as sensíveis transformações que estão ocorrendo em muitos países, convidam à reflexão. E para essa reflexão, páginas como as que nos deixaram os grandes filósofos e historiadores são salutares e oportunas. Um pequeno contato com David Hume não faria nenhum mal aos nossos homens públicos. 19-6-1993.

*

268. RONALD DE CARVALHO

Meu primeiro contato com Ronald de Carvalho (não pessoalmente, pois esse privilégio não cheguei a ter), foi através de sua **Pequena História da Literatura Brasileira**, na qual estudei quando na última série do curso ginasial, no “Granbery”, famoso educandário da cidade de Juiz de Fora. Meu professor da matéria, Mário Magalhães Gomes, uma das grandes inteligências mineiras, gramático e escritor ele próprio,

tinha pelo livro uma grande simpatia, embora reconhecesse e criticasse algumas de suas falhas, chegando a afirmar mesmo que o livro não estava à altura da capacidade do autor. Mas como nenhum de nós conhecia o autor, não havia condições para avaliar até que ponto era pertinente a observação do velho professor.

Mas, a verdade é que foi pelo pequeno livro de Ronald de Carvalho que minha geração se iniciou na história literária do Brasil, já que outras histórias da literatura, como as de Sílvio Romero e José Veríssimo, eram inacessíveis, por esgotadas naquela época e tardariam muito a serem reeditadas. E as mais modernas, então, nem poderíamos imaginar que um dia aparecessem. E, felizmente, apareceram. Hoje, o que não falta é história da literatura, dispensando-nos de consultar o velho livro de 1919, de Ronald de Carvalho. A obra de Nelson Werneck Sodré é de 1938, mas consideravelmente revista para uma nova edição em 1964; a de Antonio Cândido é de 1959 e o grande empreendimento da Cultrix é de 1967, nele colaborando José Aderaldo Castelo, Soares Amora, João Pacheco, Massaud Moisés, Alfredo Bosi e Wilson Martins. E é de 1976/78 a monumental **História da Inteligência Brasileira**, do mesmo Wilson Martins.

Pouco depois de concluído o curso secundário, descobri, ainda estudante, outras facetas de Ronald de Carvalho, a começar por **As bases da nacionalidade brasileira**, integrando o volume coletivo **À margem da História da República**, de 1924. Nele, Ronald de Carvalho revelou-se pensador político e social de primeira qualidade e não temerei afirmar que seu trabalho é das melhores coisas publicadas para o verdadeiro entendimento da nacionalidade brasileira.

Passei, a seguir, a outros escritos de sua lavra, e neles estava me enfronhando quando ocorreu o seu prematuro falecimento, vítima de desastre automobilístico, no início de 1935. Contava pouco mais de 42 anos, pois nascera em 16 de maio de 1893, transcorrendo, pois, neste ano, o seu centenário.

Nascido e falecido no Rio de Janeiro, viveu entretanto muito tempo fora do Brasil, em missões diplomáticas (México, Paris, Haia...); foi oficial de gabinete de Otávio Mangabeira quando ministro das Relações Exteriores no governo de Washington Luís e, ao falecer, ocupava o cargo de secretário da presidência da República. Dedicou-se à poesia (**Luz gloriosa**, **Poemas e sonetos**, **Epigramas irônicos e sentimentais**), mas foi principalmente como ensaísta que firmou sua reputação (**Espelho de Ariel** e os três volumes de **Estudos Brasileiros**. Traduziu **Imagens do Brasil e do Pampa**, de Luc Durtain, livro a que fiz referências num dos meus primeiros

“rabiscos” acolhidos por esta folha. Em concurso promovido pelo “Diário de Notícias”, do Rio de Janeiro, em 1935, poucos dias antes de sua morte, foi eleito “príncipe dos prosadores brasileiros”, em substituição a Coelho Neto, que falecera no ano anterior.

Não tenho lembrança de ter visto qualquer notícia registrando o seu centenário, pelo menos na imprensa paulista. “A Federação” talvez seja o primeiro jornal a registrá-lo. E outros centenários assinalam o corrente ano: o escritor paulista Mário de Andrade, o diplomata e historiador pernambucano Heitor Lyra, o historiador baiano Afonso Ruy e o sacerdote Padre Leonel Franca. Oportunamente deles cuidaremos. 24-7-1993

*

269. VALIOSA E OPORTUNA REEDIÇÃO

Quando se aproximava a efeméride sesquicentenária da Revolução Liberal de 1842, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, por intermédio de seu presidente, professor Adilson César, pleiteou e felizmente conseguiu que o Governo do Estado promovesse uma reedição fac-similar do clássico livro de Aluísio de Almeida sobre o importante evento da história paulista, elaborado para comemorar o seu centenário, em 1942, mas efetivamente só publicado em 1944, integrando a preciosa coleção “Documentos Brasileiros” (vol. 46), da Editora José Olympio, do Rio de Janeiro, então dirigida por Otávio Tarquínio de Souza.

Na solicitação então dirigida ao Senhor Governador do Estado, lembrou o professor Adilson César que “da leitura atenta deste volume, encontraremos, em muitas das raízes históricas, atitudes que, à semelhança dos gens, se transmitem e se perpetuam em nossas ações através do povo paulista”. E entre essas atitudes, impõe-se obviamente o movimento de 1842, que foi “um brado de revolta em favor da ordem e da autodeterminação de nossa gente”. E, mais ainda, pareceu ao professor César ser “de fundamental importância criarmos condições para que a nossa gente possa adquirir conhecimento de como viviam, como pensavam, o que sentiam seus ancestrais. E, evidentemente, como reagem e, ainda, o que se recorda e o que permanece, decorridos 150 anos”.

“Investigador consciencioso, Aluísio de Almeida aprecia com equilíbrio o movimento de 1842”, observou com toda a propriedade Nelson

Werneck Sodré, acrescentando que das páginas do livro surgem “nitidamente recortados episódios e figuras, entre elas a de Feijó”.

Apresentando-o, o prefaciador, Carlos da Silveira, renomado historiador e genealogista, ponderou que a contribuição de Aluísio de Almeida seria devidamente apreciada e traria material para um julgamento mais perfeito do agitado período que foi o ano de 1842. Meio século decorrido da publicação original, pode-se dizer que o livro continua cada vez mais valorizado, como a grande obra sobre a revolução liberal paulista.

Convém lembrar que seu livro dedica também algumas páginas (pelo menos cinco capítulos) ao movimento mineiro que no mesmo ano eclodiu na província vizinha, assunto que tem interessado a diversos historiadores mineiros, como a paulista tem despertado atenção de autores nossos. Aliás, é importante que se registre que a revolução mineira, sob este aspecto, tem sido mais beneficiada que a paulista, pois o Senado Federal, na preciosa coleção “Bernardo Pereira de Vasconcelos”, incluiu a reedição (mais uma) do clássico livro do Cônego José Antônio Marinho e ainda a publicação de precioso documentário sobre o movimento.

Aluísio de Almeida é pseudônimo literário de Monsenhor Luís Castanho de Almeida (1904-1981), com o qual assinou a maior parte de seus escritos sobre a história paulista. Nascido em Guaref, no sul do Estado, estudou no Seminário de Botucatu e, após ordenado, foi pároco em algumas cidades do interior, fixando-se depois em Sorocaba, donde praticamente nunca mais saiu. Com o mesmo zelo com que se consagrou ao ministério religioso, dedicou-se a pesquisas históricas e folclóricas, o que lhe propiciou escrever imensa e variada obra sobre a história paulista, especialmente de sua região natal, o sul do Estado. Além da revolução de 1842, foram temas de sua predileção o tropeirismo, a vida religiosa de Diogo Antônio Feijó e a história de Sorocaba.

Só cabem cumprimentos ao Instituto Histórico da vizinha cidade de Sorocaba pela promoção dessa bem cuidada reedição de um dos clássicos da historiografia paulista e pelo zelo e dedicação com que dela cuidou o professor Adilson César. 7-8-1993.

*

270. SUECOS NO BRASIL

Quando, em fins do século passado, o Visconde de Taunay publicou seu precioso elenco de “estrangeiros ilustres e prestimosos no

Brasil”, arrolando centenas de personalidades de outros países que prestaram ao nosso os mais assinalados serviços, pouco se ocupou ele dos suecos, abrindo espaço apenas para uns três ou quatro nomes, quase todos de botânicos ilustres. Ao que parece, naquela época não havia ainda se acentuado a vinda desses escandinavos para o Brasil, o que só ocorreu em maior quantidade no início deste século.

A João Gualberto de Oliveira, jurista e historiador, com diversos trabalhos publicados nessas duas áreas, nosso saudoso confrade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, coube a tarefa meritória de ressaltar a contribuição sueca ao nosso país, arrolando em seu livro **Suecos no Brasil**, de 1952 (título que tomamos para esta nota), nada menos de vinte ilustres personalidades dessa nacionalidade que para o nosso país se transportaram, aqui vivendo quase todos até ao fim de longas existências e reconhecidos serviços à terra que adotaram como sua.

Não comportando esta nota uma apreciação de todos os suecos arrolados por João Gualberto de Oliveira, destacamos alguns, cujos sobrenomes se incorporaram definitivamente à história de nosso país, nos mais diversos setores e nas mais diversas localidades: Loefgren, Regnell, Ulsson, Hedberg, Lundgren, Bergstron, Westin e Anderson.

Alberto Loefgren (1854-1918), botânico eminente, ligou seu nome à cultura brasileira traduzindo textos valiosos de viajantes que andaram pelo Brasil, desde o quinhentista Hans Staden até o seu colega e contemporâneo Lindmann. Membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nos seus primeiros tempos, desempenhou importantes funções na cidade de São Paulo, que o reverenciou dando seu nome a uma importante rua em Vila Clementino.

Regnell (1807-1884) viveu em Caldas, onde sua permanência foi “assinalada por atos de inteligência e de bondade”, no dizer de João Gualberto. Tornou-se figura extremamente popular na região, criando até uma auréola meio lendária em torno de sua existência. **André Ulsson** (1837-1937), veio para a fábrica de ferro de Ipanema, mas acabou se radicando em Araras, com atividades comerciais. Também ligado à atividade siderúrgica de Ipanema veio **Hedberg**. **Hermann Lundgren** (1835-1907) é nome vinculado às conhecidas “Casas Pernambucana”, uma das maiores organizações comerciais do Brasil.

Lourenço Westin (1787-1846), o mais antigo deles, é nome vinculado à diplomacia, pois foi o primeiro cônsul da Suécia em nosso país. Teve estreitas ligações com grandes figuras da vida política brasileira em

nosso início de nação independente. Aposentando-se da diplomacia, tornou-se fazendeiro no Sul de Minas, tendo seu nome vinculado às cidades de Caldas e Poços de Caldas e a São João da Boa Vista.

Pedro Anderson (1840-1903) é nome vinculado a Campinas (onde uma rua o recorda), cidade em que se estabeleceu com importante firma comercial e industrial, tendo, ainda, prestado assinalados serviços à terra campineira por ocasião das terríveis epidemias de febre amarela, em fins do século passado.

João Pedro Bergstrom (1845-1910) radicou-se em Porto Ferreira, onde uma de suas filhas se casou com o português Manuel Lourenço, que veio a ser pai de um dos maiores educadores brasileiros - Lourenço Filho -(1897-1970) - cujo nome completo era Manuel Bergstron Lourenço Filho, também ele natural da importante cidade das margens do Moji-Guaçu.

Os nomes que escolhemos para esta nota bem merecem estudos mais aprofundados pelo muito que fizeram por nosso país e particularmente pelas cidades onde viveram. Será uma maneira de ampliar e completar os esboços biográficos que João Gualberto nos deixou, os quais, embora valiosos, não podem, obviamente, comportar tudo o que se teria a dizer de cada uma desses “estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil”, para usar a expressão que o Visconde de Taunay empregou em seu trabalho. 4-9-1993